



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004565-53.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Evandro Jose Dornfeld**
 Requerido: **Construtora e Incorporadora ADN LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

Trata-se de **AÇÃO DE RESSARCIMENTO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS** ajuizada por **EVANDRO JOSÉ DORNFELD** contra a **CONSTRUTORA E INCORPORADORA ADN LTDA**, na qual requer, em razão dos fatos descritos na inicial: a) o pagamento de indenização por danos morais no valor de 100 salários mínimos; b) o pagamento de R\$ 10.589,70 por danos materiais; c) o abatimento da quantia de R\$ 9.500,00 em relação ao valor devido à ré, para a regularização dos serviços prestados; d) condenação na verba de sucumbência. A inicial veio acompanhada de documentos.

A ré foi citada e contestou as fls. 88/94, refutando os fatos e fundamentos jurídicos dos pedidos, pugnando pela improcedência.

Réplica as fls. 116/121.

Saneamento do feito as fls. 128/130.

Foi realizada audiência de instrução sem a colheita de prova oral (fls. 149 e 151).

Laudo pericial as fls. 193/207, seguido de manifestações das partes as fls. 216/218 e 221/222.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A decisão de fl. 225 considerou preclusa a prova oral requerida. Facultou-se a apresentação de alegações finais (fls. 232/236 e 241).

É o relatório. Decido.

Os pedidos são parcialmente procedentes.

No caso em tela, foi demonstrada cabalmente a existência de vícios na prestação dos serviços.

O laudo pericial produzido constatou que alguns pisos estão com quinas, saliências e desníveis equivocados – fora das normas de serviço.

O estudo, inclusive, concluiu que para a correção das irregularidades será necessário a remoção dos pisos cerâmicos juntamente com a massa de assentamento e recolocação de novo piso cerâmico em pontos específicos, no valor total orçado de R\$ 3.257,70.

Cabível ainda a condenação da ré em relação aos danos materiais (R\$ 320,40 – fls. 42/43) e morais decorrentes da troca dos miolos das chaves das portas de entrada do imóvel sem o conhecimento e consentimento do autor – fato não impugnado na contestação, em atenção ao ônus que competia ao polo passivo, nos termos do artigo 341 do CPC.

Finalmente, como não existem critérios objetivos capazes de valorar o dano sofrido, o Excelso Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que a indenização por dano moral “deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso. Ademais, deve procurar desestimular o ofensor a repetir o ato” (REsp nº 245.727/SE, Quarta Turma, relator o Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, j. em 28.3.2000, Diário da Justiça de 5.6.200, p. 174).

No caso dos autos, o valor da indenização deverá corresponder a R\$ 8.000,00, valor que bem indeniza a vítima.

Por fim, considerando a informação de que os bens do autor retirados da obra estão disponíveis para a entrega, determino a sua devolução. Caso não ocorra a entrega de algum item mencionado, fica fixado o seu ressarcimento de acordo com os valores apontados na inicial e que não foram impugnados.

Pelo exposto, e o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos, com amparo no artigo 487, I do Código de Processo Civil para: a) condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 3.257,70 e R\$ 320,40, com atualização monetária da quantia de R\$ 3.257,70 desde a data da apresentação do laudo pericial e da quantia de R\$ 320,40 desde a data do desembolso, ambas com juros de mora de 1% ao mês desde a citação; b) condenar a ré a pagar ao autor indenização por danos morais no valor de R\$ 8.000,00, com atualização monetária a partir da publicação da sentença e juros de mora de 1% ao mês desde a citação; c) determinar a restituição dos objetos do autor que foram retirados da obra. Caso não ocorra a devolução de algum item mencionado na inicial, determino o ressarcimento de acordo com os valores descritos na inicial, com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês desde a data em que os objetos foram retirados, nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ; d) **JULGO IMPROCEDENTES** os demais pedidos formulados nos autos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em razão da sucumbência recíproca, as partes responderão proporcionalmente pelo pagamento das custas e despesas processuais. Os honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado atribuído à causa, serão pagos por elas aos patronos da parte contrária, nos termos do artigo 85, § 2º do CPC, observada, se for o caso, a regra prevista no art. 98, § 3º, do mesmo Código.

P.I.

São Carlos, 10 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**